



IF-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

**O DISCURSO E A ESCRITA FILOSÓFICA:
O que acontece quando digo ou escrevo algo?**

**SPEECH AND PHILOSOPHICAL WRITING:
What happens when I say or write something?**

**PAROLADO KAJ FILOZOFIA SKRIBO:
Kio okazas kiam mi diras aŭ skribas ion?**

Dr. Daniel Salésio Vandresen⁴⁰**Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo descrever os elementos do discurso e da escrita a partir da concepção teórica de Michel Foucault. Falar e escrever são duas ferramentas essenciais na prática da filosofia e de seu ensino. O que se percebe é que há a hegemonia das práticas do discurso, seja pronunciado ou escrito, como instrumentos para veicular uma verdade a ser reproduzida e não como experiência do pensamento problematizador. Deste modo, constituindo-se em um tipo de poder que elide o discurso como um acontecimento, isto é, um modo de afetar-se e inquietar-se que nos permite estar atento ao que acontece conosco. A constatação de Foucault é de que o discurso (pronunciado ou escrito) encontrasse dominado por regras e procedimento de controle, que revelam certos poderes que anulam sua potencialidade de criação de novos modos de vida e de imaginar novos mundos possíveis.

Palavras-chave: Filosofia. Acontecimento. Discurso. Escrita. Relações de poder.

Abstract

This work aims to describe the elements of discourse and writing from the theoretical conception of Michel Foucault. Speaking and writing are two essential tools in the practice of philosophy and its teaching. What is perceived is that there is the hegemony

⁴⁰ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Marília – SP; Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Toledo – PR; Especialista em História do Brasil pela Universidade Paranaense – UNIPAR e Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE – Brusque – SC. Docente do Instituto Federal do Paraná – IFPR, *campus* Coronel Vivida – PR. Vice-coordenador do Grupo de pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologias – IFPR e Editor-chefe da Revista “IF-Sophia: revista eletrônica de investigações Filosófica, Científica e Tecnológica”. Integrante dos Grupos de Pesquisas: ENFILO - Grupo de estudos e pesquisa sobre o ensino de filosofia (UNESP/Marília) e NEDIH - Núcleo de Educação em Direitos Humanos (IFPR/Coronel Vivida). Coordenador do Projeto de Pesquisa "O ensino de filosofia e a escrita de si como experiência existencial" (PIBIC-Jr IFPR/CNPq, aprovado em edital em 2019, 2020 e 2021). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de filosofia, subjetividade, técnica, Michel Foucault. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6662-4703>. E-mail: daniel.vandresen@ifpr.edu.br



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

of discourse practices, whether spoken or written, as instruments to convey a truth to be reproduced and not as an experience of problematizing thought. Thus, constituting a type of power that eliminates the discourse as an event, that is, a way of affecting and worrying that allows us to be aware of what happens to us. Foucault's finding is that speech (pronounced or written) is dominated by rules and control procedures, which reveal certain powers that nullify its potential to create new ways of life and to imagine new possible worlds.

Keywords: Philosophy. Event. Speech. Writing. Power relations.

Resumo

La nuna verko celas priskribi la elementojn de diskurso kaj skribo el la teoria koncepto de Michel Foucault. Paroli kaj skribi estas du esencaj iloj en la praktiko de filozofio kaj ĝia instruado. Kio estas perceptita estas ke ekzistas la hegemonio de diskursaj praktikoj, ĉu parolitaj aŭ skribitaj, kiel instrumentoj por transdoni veron reproduktenda kaj ne kiel sperto de problematigado de penso. Tiamaniere, konstituante specon de potenco, kiu forigas la diskurson kiel eventon, tio estas maniero esti tuŝita kaj maltrankvila, kiu ebligas al ni konscii pri tio, kio okazas al ni. La trovo de Foucault estas ke parolado (prononcita aŭ skribita) estas dominata per reguloj kaj kontrolproceduroj, kiuj rivelas certajn potencojn kiuj nuligas ĝian potencialon krei novajn vivmanierojn kaj imagi novajn eblajn mondojn.

Ŝlosilvortoj: Filozofio. Evento. Parolado. Skribo. Potencaj rilatoj.

INTRODUÇÃO

O que acontece quando digo ou escrevo algo? Qual a potência ou perigo de sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita? Para Foucault (2006), por mais que aparentemente o discurso seja pouca coisa, sua ligação com o desejo e o poder logo se revelam quando observamos seu acontecimento em meio as práticas discursivas. Ao pronunciar algo o sujeito se produz pelas relações de saber-poder presentes em qualquer formação discursiva, isto é, o sujeito discursivo vai além da ação individual, pois trata-se da posição historicamente constituinte que deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz.

Ao longo da história, a tradição filosófica, principalmente a platônica, tem enaltecido o discurso-diálogo-fala em detrimento da escrita filosófica. Predomínio do discurso em detrimento da escrita que se inicia já em Platão no diálogo “Fedro” (1975), no qual no final do texto defende o discurso vivo em oposição a escrita como simulacro. Com isso, o que se observa é uma prática histórica-filosófica em que o uso da escrita tornou-se um tema menor em relação a hegemonia do discurso filosófico. E que também



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

no ensino de filosofia se constata a hegemonia das práticas do discurso, pronunciado ou escrito, como instrumentos para veicular uma verdade a ser reproduzida. No caso da escrita, embora seja algo muito presente nas aulas de filosofia e nos livros didáticos, aparece, na maioria das vezes apenas como técnica de aprendizagem, isto porque, seu uso não é problematizado no filosofar enquanto ato, mas, meramente como produto final de um processo avaliativo.

Por isso, a questão norteadora que tem orientado nossas pesquisas em filosofia (do ensino de filosofia) é como praticar uma filosofia para além da obrigação de falar e escrever que caracteriza nossa tradição filosófica, de uma escrita reprodutora e um discurso retórico sem vinculação com a vida que se exercita a si mesma? Ao colocá-la, entendemos que no ensino de filosofia quando predomina a transmissão abstrata do conhecimento, seja pelo discurso ou pela escrita, não se permite que o exercício de si como prática da liberdade aconteça, isto porque nesse tipo de ensino se produz uma relação técnica em que a transmissão da verdade é apenas reproduzida sem se produzir uma tensão ética na relação consigo.

Como tensionamento do processo de liberação, pensamos o uso da escrita como uma ferramenta fundamental no ensino de filosofia. Na formação escolar a escrita constitui um instrumento fundamental, no entanto, seu uso nem sempre contribui para potencializar a educação de uma subjetividade autônoma, isto porque, em meio as práticas de ensino, muito comum, em que há o predomínio da transmissão do conhecimento, a escrita ocupa um papel bem definido de reprodução e sem nenhuma relação problematizadora do sujeito que escreve. Diante disto, este texto tem por objetivo apresentar um outro olhar para a escrita, principalmente a escrita filosófica no ensino médio, tensionando a escrita como um exercício problematizador de si mesmo.

A ORDEM DO DISCURSO E AS RELAÇÕES DE PODER



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A constatação da relação do discurso com o poder é o tema central da obra de 1970 “A Ordem do Discurso”⁴¹, a qual é considerada como momento de transição para a fase genealógica. Nesta obra, Foucault (2006) tem por objetivo analisar o discurso apontando que sua materialidade é ordenada por um “jogo da rarefação imposta” (FOUCAULT, 2006, p. 70). A rarefação do discurso é aquilo que delimita seu funcionamento, produz o controle daquilo que pode e deve ser dito, enfim, anula seu acontecimento. Por isso, no decorrer de seu texto descreve os diferentes modos de controle do discurso, como os internos, os externos e os que determinam suas condições de funcionamento.

Nesta obra de 1970 defende que a realidade do discurso é elidida durante a história do pensamento filosófico, pois a crença em um sujeito que conhece, pensa e diz a verdade não permite reconhecer que no discurso há uma ordem de disposição das coisas para o saber. Essa exclusão da realidade do discurso se apresenta de diferentes formas, por exemplo: o predomínio no discurso filosófico das funções do sujeito fundante e da experiência originária que anulam o discurso inscrevendo-o na ordem do significante. Deste modo, aponta que o discurso ocupou o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra próprio dos sofistas e, apareceu apenas como aporte entre o pensar e o falar, isto é, restrito ao jogo dos signos e dos sentidos.

Para o filósofo francês há em toda sociedade, mas principalmente na nossa, uma espécie de medo:

[...] uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso. (FOUCAULT, 2006, p. 50).

⁴¹ A obra tem origem no discurso de Foucault pronunciado na aula inaugural de 2 de dezembro de 1970, quando Foucault assume a cátedra vacante no Collège de France. É importante notar que nesse texto aparecem vários temas que Foucault irá desenvolver nos próximos anos, como por exemplo, as relações de saber-poder, a disciplina e, também, a questão do método genealógico. Deste modo, o que se observa neste pequeno livro é a análise da coexistência das condições materiais de funcionamento do discurso com sua análise do poder como relação de forças que se produzem na apropriação social dos discursos.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Que poder é este que atravessa o discurso? Poder que foi habitado pelo sofistas e anulado na história da filosofia. Para Foucault, desde os gregos, principalmente Platão, o discurso se desenvolve atravessado por uma vontade de verdade que regulamenta o que se diz. Um poder de exclusão que separa o verdadeiro do falso, normatiza o enunciado e limita o discurso na ordem do significante. Por isso, esta realidade do discurso aparece como um domínio de investigação e o “lugar” sobre o qual é preciso pensar.

Foucault (2006) inicia o texto mencionando seu objetivo em habitar o discurso naquilo que foi escondido e anulado, de ser envolvido pela palavra ao invés de apenas tomar a palavra. Por isso, defende a tese de que há na história do pensamento ocidental um poder institucional de ordenação dos discursos, que se utiliza de mecanismos de controle do discurso por temer seus efeitos. Assim, afirma: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” (FOUCAULT, 2006, p. 10). Enquanto desejo, o discurso não somente o manifesta, mas, também, é o objeto de desejo, aquele que deve ser controlado; enquanto poder, não só porque traduz as lutas, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.

O que o desejo e o poder revelam é uma:

[...] inquietação diante do que é o discurso em sua realidade de coisa **pronunciada ou escrita**; [...] inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, **poderes e perigos** que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavra cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 2006, p. 8, grifos nossos).

Por isso, Foucault irá analisar os mecanismos de rarefação do discurso, os quais são classifica em externos, internos e os de delimitação de seu funcionamento. Uma divisão didática que Foucault realiza para descrevê-los, porque menciona que na prática eles funcionam em coexistência. Começamos nossa descrição pelos externos. Dos três procedimentos externos, a saber: palavra proibida, segregação da loucura e vontade de verdade, é desta última que o autor descreve mais, porque entende que os dois primeiros orientam-se e são atravessados por este último.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Sobre este Foucault afirma que o discurso não é somente lugar de expressão de um saber, mas, de modo mais específico, e através dele que o poder se exerce. Há em todo discurso uma vontade de verdade que deseja sempre a verdade e produz a exclusão daquilo que não está nas delimitações de seu significante. Por isso, em cada discurso é preciso determinar qual a vontade de verdade que o conduz, a qual precisa ser questionada para que se possam compreender as condições de formação desse discurso, diagnosticando seus desejos e poderes pelos quais o sujeito luta e quer se apoderar.

[...] se levantar-mos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa **vontade de verdade** que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que **rege nossa vontade de saber**, então é talvez algo como um **sistema de exclusão** (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 2006, p. 14, grifos nossos).

Aqui, Foucault alerta para o fato de que a oposição entre o verdadeiro e o falso deve ser considerada como um sistema de exclusão que se manifesta historicamente. A passagem do discurso profético dos poetas para o discurso filosófico entre os gregos, marca a transformação de uma relação de distinção do verdadeiro e o falso pelo ato ritualizado do dizer e fazer, para um discurso como desejo pela posse da verdade que leva a produzir uma separação entre o que é verdadeiro e o que é falso no próprio discurso. Isso fica evidente quando o autor analisa a passagem da verdade como efeito do discurso (verdade como ato de justiça para os poetas gregos do século IV a.C.) para a verdade como produto de regras internas ao discurso (a verdade se aloja no enunciado um século mais tarde). O discurso filosófico inaugurado com os gregos passa a aceitar o verdadeiro como procedimentos do dizer, portanto, regulamentação do enunciado. Como afirma:

[...] o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; [...] Ora, eis que um século mais tarde, a verdade já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência. (FOUCAULT, 2006, p. 15).

Essa passagem corresponde, para Foucault, ao momento em que o discurso deixou de ser a expressão clara de sua relação com o desejo e o poder. A crença em um discurso verdadeiro mascarou a vontade de verdade, enquanto desejo e poder, que se exerce em todo discurso. A vontade de verdade criou um desejo por um discurso transparente, não ordenado e ritualizado, enfim, de anular seus poderes. Contudo, a vontade de verdade institucionalizou o discurso filosófico como um desejo da e pela verdade que regulamenta o dizer e desarma o desejo e poder de um discurso profético. A vontade de verdade funciona como um sistema de exclusão que exerce sobre os discursos “[...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.” (FOUCAULT, 2006, p. 18).

Em relação aos procedimentos internos, Foucault aponta que o comentário, o autor e a disciplina são três processos que fazem como que o discurso exerça seu próprio controle. Eles funcionam por meio de sua classificação, ordenação e distribuição, e têm por objetivo submeter o discurso em suas dimensões de acontecimento e acaso.

Enquanto o procedimento do comentário elide o acaso do discurso porque não tem outro papel “[...] senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro.” (FOUCAULT, 2006, p. 25), portanto, coloca em jogo a identidade do discurso na forma da repetição e do mesmo; o princípio do autor, entendido não como indivíduo falante, mas como uma unidade e origem das significações, isto é, como uma função que anula o acaso do discurso pelo jogo da identidade; já a disciplina constitui entendida como o conjunto de domínios de objetos, métodos, definições, regras, técnicas e instrumentos, que colocam em jogo a identidade do discurso pela forma da reatualização permanente das regras. Sobre a disciplina afirma: “[...] não nos encontramos no verdadeiro, senão obedecendo às regras de uma ‘política’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.” (FOUCAULT, 2006, p. 35).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Sobre o terceiro conjunto de controle dos discursos, Foucault descreve que são condições de funcionamento que impõe aos indivíduos certas regras que um sujeito tem que respeitar para estar qualificado para enunciar algo. Trata-se da rarefação dos sujeitos que falam. Foucault aponta quatro procedimentos: ritual, sociedades do discurso, doutrina e apropriações sociais.

O ritual define a qualificação que deve possuir os indivíduos que falam, isto é, a enunciação de um discurso é acompanhado de um conjunto de signos que se definem por gestos, comportamentos e circunstâncias. Sobre a sociedades do discurso, Foucault diz que embora não exista mais uma tal sociedade que promovia um jogo ambíguo de segredo e divulgação, o que existe na ordem do discurso verdadeiro é formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade, como pode ser observado no ato de escrever institucionalizados nos livros. Já a doutrina se constitui em um controle mais abrangente que a circulação restrita de uma sociedade do discurso. O pertencimento a uma doutrina não se configura apenas pelo reconhecimento de uma verdade e aceitação de suas regras, mas que “[...] a pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, e um através do outro. [...] A doutrina realiza uma dupla sujeição; dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 42-43). A doutrina indica que o sujeito que pronuncia algo está marcado pela pertença a um lugar de fala. Finalizando a descrição dos procedimentos de funcionamento, Foucault aponta que a apropriação social dos discursos constitui um grande plano no qual todas as outras formas atuam, sendo a educação (e seus sistemas de ensino) a maneira pela qual uma sociedade produz seus mecanismos de controle do discurso. “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. (FOUCAULT, 2006, p. 44). E mais adiante afirma:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma **ritualização da palavra**; uma qualificação e uma **fixação dos papéis para os sujeitos** que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma **apropriação do discurso** com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 2006, p. 44-45, grifos nossos).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Depois de descrever estes procedimentos internos, externos e de controle do funcionamento do discurso, Foucault analisa que na história do pensamento filosófico a realidade do discurso como um jogo de limitações e exclusões foi apagada, e o discurso se desenvolveu apenas como um certo suporte entre o pensar e o falar. Essa elisão da realidade do discurso se produziu na filosofia pelas seguintes formas: do sujeito fundante como inaugurador de um horizonte de significações que a história não teria senão a tarefa de explicar, sem a necessidade de passar pela instância singular do discurso; da experiência originária como uma espécie de reconhecimento primitivo que permite designar, nomear, julgar e conhecer a forma da verdade das coisas; e o tema da mediação universal que concebe o discurso apenas como exteriorização pelos signos de uma verdade anterior. Sobre isso, em síntese, o autor francês afirma:

Quer seja, portanto, em uma filosofia do sujeito fundante, quer em uma filosofia da experiência originária ou em uma filosofia da mediação universal, o discurso nada mais é do que um jogo, da **escritura**, no primeiro caso, de **leitura**, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em **jogo senão os signos**. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. (FOUCAULT, 2006, p. 44-45, grifos nossos).

Por isso, Foucault afirma que se faz necessário realizar três tarefas: “[...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante.” (FOUCAULT, 2006, p. 51). Menciona que são tarefas que pretende realizar e que implicam a necessidade de um método a partir dos seguintes princípios: na inversão deve-se observar que onde percebemos uma expansão do discurso, existe, ao contrário, uma rarefação; na descontinuidade, não se deve tratar os discursos pela continuidade, mas como práticas descontínuas que se manifestam nas “[...] cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em um pluralidade de posições e funções possíveis” (FOUCAULT, 2006, p. 58); na especificidade não tratar os discursos pelas significações prévias, mas como uma violência que fazemos as coisas, como uma prática que impomos; na exterioridade, não o discurso em sua significação interna revelação de algo escondido, mas na sua aparição



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

e regularidade externa. Enfim, quatro noções que servem de princípios reguladores para a análise do discurso em seu domínio de acontecimento.

Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e **consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais**; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (FOUCAULT, 2006, p. 57-58, grifos nossos).

A partir desses princípios, Foucault expõe dois conjuntos de análise que pretende realizar deste momento em diante: trata-se da articulação de uma análise crítica com a genealógica. Como afirma: “Assim, as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem.” (FOUCAULT, 2006, p. 69). Considera-se que o conjunto crítico é uma análise das condições discursivas, que tem por objetivo descrever os sistemas de recobrimento do discurso, ou seja, os procedimentos de controle como de ordenamento, exclusão, apropriação e rarefação. Como por exemplo, em seu estudo da sexualidade aponta uma interdição da linguagem promovida em uma prática confessional que exerce sobre os discursos um poder de nomeação, classificação e hierarquização das condutas proibidas. Já o conjunto genealógico diz respeito a formação efetiva dos discursos em seu poder de rarefação imposta, um “[...] poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas.” (FOUCAULT, 2006, p. 70).

A NOÇÃO DE ESCRITA NA ARQUEOLOGIA DE FOUCAULT

No texto “O que é um autor?” de 1969 (conferência na Sociedade Francesa de Filosofia), Foucault (2001) desenvolve a ideia da escrita ligada ao seu tema principal a função autor. Situa sua reflexão como problematização da crítica literária moderna, a qual desenvolve a ideia do apagamento do sujeito e, defende que esta proliferação da



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

escrita como ausência do autor esconde um bloqueio transcendental⁴². Apresentamos inicialmente, e de modo breve, a questão da função do autor. Foucault aponta que o nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso, mas constitui uma função que rege seu funcionamento e permite caracterizar um certo modo de ser do discurso. Sendo seu objetivo:

Não mais colocar a questão: como a liberdade de um sujeito pode se inserir na consistência das coisas e lhes dar sentido, como ela pode animar, do interior, as regras de uma linguagem e manifestar assim as pretensões que lhe são próprias? Mas antes colocar essas questões: como, segundo que condições e sob que formas alguma coisa como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar ele pode ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer, e obedecendo a que regras? Trata-se, em suma, de retirar do sujeito (ou do seu substituto) seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso. (FOUCAULT, 2001, p. 287).

Desde modo, Foucault inverte o foco do modo como se entende o autor de um texto. Deixa claro que seu interesse não é fazer uma análise sobre os aspectos histórico-sociológicos do personagem do autor, mas unicamente a relação do texto com o autor. Embora esta relação não é realizada pela crítica literária que enaltece a ideia do apagamento do autor, como está expresso na frase de Beckett⁴³: “Que importa quem fala?”, este que é o primeiro enunciado deste texto de Foucault. O autor inicia seu texto afirmando:

⁴² Foucault (2001) no texto *O Pensamento do Exterior* de 1966, também desenvolve esta ideia sobre a literatura moderna. Como afirma: “O ‘sujeito’ da literatura (o que fala nela e aquele sobre o qual ela fala) não seria tanto a linguagem em sua positividade quanto o vazio em que ela encontra seu espaço quando se enuncia na nudez do ‘eu falo’.” (FOUCAULT, 2001, p. 221). Refletindo a partir de Nietzsche, Mallarmé, Artaud, Blanchot e Bataille, Foucault aponta que a soberania do sujeito moderno foi abalado pelo aparecimento do “eu falo”, isto é, do deslocamento da linguagem para este espaço da dessubjetivação, da exterioridade como condição do fora no pensamento. “Esse pensamento que se mantém fora de qualquer subjetividade para dele fazer surgir os limites como vindos do exterior, [...] um pensamento que, em relação à interioridade de nossa reflexão filosófica e à positividade de nosso saber, constitui o que se poderia denominar “o pensamento do exterior’.” (FOUCAULT, 2001, p. 221).

⁴³ Samuel Beckett (1906-1989), dramaturgo irlandês, escreveu a peça *Esperando Godot* (escrita em 1949 e publicada em francês em 1952), mencionada por Foucault como um dos textos que o influenciou na ruptura com o marxismo, fenomenologia e o existencialismo. Beckett é considerado como um dos escritores mais influentes do século XX. Recebeu o Nobel de Literatura de 1969.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

‘Que importa quem fala?’ Nessa **indiferença** se afirma o **princípio ético**, talvez o mais fundamental, da **escrita contemporânea**. O **apagamento do autor** tornou-se desde então, **para a crítica**, um tema cotidiano. Mas o essencial não é constatar uma vez mais seu desaparecimento; **é preciso descobrir**, como **lugar vazio** - ao mesmo tempo indiferente e obrigatório os locais onde sua função é exercida. (FOUCAULT, 2001, p. 264, grifos nossos).

Neste primeiro parágrafo do texto fica claro os temas de sua análise, desenvolver a mudança de enfoque sobre a questão do autor e falar sobre o princípio ético que domina a escrita contemporânea, este é nosso principal enfoque neste texto. Sobre o modo como a escrita se desenvolve, afirma:

Nessa indiferença, acredito que é preciso reconhecer um dos princípios éticos fundamentais da escrita contemporânea. Digo “ético”, porque essa indiferença não é tanto um traço caracterizando a maneira como se fala ou como se escreve: ela é antes uma espécie de regra imanente, retomada incessantemente, jamais efetivamente aplicada, um princípio que não marca a escrita como resultado, mas a domina como prática (FOUCAULT, 2001, p. 268).

Foucault descreve dois temas que dominam a escrita contemporânea: a escrita se libertou do tema da expressão e seu parentesco com a morte. Em relação ao primeiro tema, a escrita não como obrigação de uma forma de interioridade como uma expressão do gesto de escrever, isto é, de fixar o sujeito em uma linguagem, mas que “[...] ela é um jogo de signos comandado menos por seu conteúdo significado do que pela própria natureza do significante; [...] trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não pára de desaparecer.” (FOUCAULT, 2001, p. 268). Já em relação a sua ligação com a morte, Foucault afirma que esse tema contemporâneo da escrita subverte um tema milenar que a associava ao tema da imortalidade, como era o caso da narrativa da epopeia dos gregos. Agora, a escrita está associada ao sacrifício da vida, em que a morte do autor é um apagamento voluntário, não é para ser representado em livros. Deste modo, “[...] a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita.” (FOUCAULT, 2001, p. 269). Contudo, Foucault destaca que esses modos de ser da escrita contemporânea são conduzidos por duas noções (de obra e de escrita) que



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

aparentemente estão destinadas a substituir o privilégio do autor, mas que bloqueiam está tão convicção do desaparecimento do autor.

Sobre a noção de obra, a própria crítica contemporânea não busca destacar as relações da obra com o autor, nem reconstituir por meio dos textos um pensamento ou uma experiência, mas antes analisar sua estrutura, isto é, o jogo das suas relações internas. E então, Foucault pergunta: “O que é uma obra? O que é pois essa curiosa unidade que se designa com o nome obra?” (FOUCAULT, 2001, p. 269). Com isso, aponta que a questão da relação entre autor e obra é problemática, uma teoria mesmo disso não existe. E descreve o exemplo de Nietzsche, apontando que sua obra é a marca de seu registro, está relacionado com tudo que registrou, seus aforismos, rascunhos, anotações nas cadernetas, etc.

Em relação a noção de escrita, Foucault descreve que atualmente não está associada ao gesto de escrever e nem como marca do que alguém teria querido dizer, mas “[...] esforça-se com uma notável profundidade para pensar a condição geral de qualquer texto, a condição ao mesmo tempo do espaço em que ele se dispersa e do tempo em que ele se desenvolve.” (FOUCAULT, 2001, p. 270). E aponta que este uso da escrita se constitui em um anonimato transcendental caracterizado em uma modalidade crítica e religiosa.

Dar, de fato, à escrita um estatuto originário não seria uma maneira de, por um lado, traduzir novamente em termos transcendentais a afirmação teológica do seu caráter sagrado e, por outro, a afirmação crítica do seu caráter criador? Admitir que a escrita está de qualquer maneira, pela própria história que ela tornou possível, submetida à prova do esquecimento e da repressão, isso não seria representar em termos transcendentais o princípio religioso do sentido oculto (com a **necessidade de interpretar**) e o princípio crítico das significações implícitas, das determinações silenciosas, dos conteúdos obscuros (com a **necessidade de comentar**)? (FOUCAULT, 2001, p. 271, grifos nossos).

Para Foucault, trata-se de um bloqueio transcendental. Não basta disseminar a afirmação vazia que o autor desapareceu, isto porque, o uso da escrita continua mantendo os privilégios do autor como um *a priori*.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Nesta mesma perspectiva, Foucault no texto “A Linguagem ao Infinito” de 1963, também desenvolve sua crítica ao modo como a escrita é praticada atualmente. Como afirma:

Escrever, para a cultura ocidental, seria inicialmente se colocar no espaço virtual da auto-representação e do redobramento; a escrita significando não a coisa, mas a palavra, a obra de linguagem não faria outra coisa além de avançar mais profundamente na impalpável densidade do espelho, suscitar o duplo deste duplo que é já a escrita, descobrir assim um infinito possível e impossível, perseguir incessantemente a palavra, mantê-la além da morte que a condena, e liberar o jorro de um murmúrio. Essa presença da palavra repetida na escrita dá sem dúvida ao que chamamos de uma obra um estatuto ontológico desconhecido para essas culturas nas quais, quando se escreve, e a coisa mesma que se designa, em seu próprio corpo, visível, obstinadamente inacessível ao tempo. (FOUCAULT, 2001, p. 49).

Também no texto “Um narrador entre duas palavras” de 1966, Foucault (2001) está descrevendo sobre o papel da escrita na literatura contemporânea desenvolvendo sua relação com as noções de saber, experiência e imaginação. Aponta que estamos em um tempo em que escrita e saber estão profundamente embaralhados, em que “[...] a literatura é saber quando é um trabalho de interiorização, de memória: trata-se de amearhar calma e exaustivamente o conhecimento, de se apropriar do mundo, de colocá-lo na medida do homem.” (FOUCAULT, 2001, p. 244). E aponta que esta relação perdurou até o fim do século XIX, quando “[...] a linguagem e a escrita eram instrumentos transparentes onde o mundo vinha se refletir, se decompor e se recompor; mas, de qualquer forma, a escrita e o discurso faziam parte do mundo.” (FOUCAULT, 2001, p. 244).

No entanto, para Foucault, a partir da obra “*Ecce homo*” de Nietzsche e de Mallarmé, começa a se desenvolver uma “[...] escrita tão radical e soberana que chegue a enfrentar o mundo, a equilibrá-lo, a compensá-lo, até mesmo a destruí-lo inteiramente e a cintilar fora dele.” (FOUCAULT, 2001, p. 245). Essa perspectiva é explorada por André Breton⁴⁴, principal autor analisado no diálogo desta entrevista, para o qual:

⁴⁴ André Breton (1896-1966) escritor francês, poeta e teórico do surrealismo.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

[...] a escrita tornada saber (e o saber tornado escrita) é, pelo contrário, um meio de impelir o homem em direção aos seus limites, de acará-lo até o intransponível, de colocá-lo o mais perto possível daquilo que está mais longe dele. Daí seu interesse pelo inconsciente, pela loucura, pelo sonho. (FOUCAULT, 2001, p. 244).

Deste modo, Breton constrói uma outra moralidade da escrita, onde a experiência não se dá mais pela expressão, mas pelo ato de escrever. Como afirma: “A ética da escrita não vem mais do que se tem para dizer, das ideias que são expressas, mas do próprio ato de escrever.” (FOUCAULT, 2001, p. 245). Neste *ethos* da escrita como marca da liberdade do escritor é que se situa as noções da experiência e da imaginação. Sobre isso, Foucault diz: “[...] a redescoberta por Breton de toda a dinastia da imaginação que a literatura francesa havia rejeitado: a imaginação é menos o que nasce no coração obscuro do homem do que o que surge na densidade luminosa do discurso.” (FOUCAULT, 2001, p. 245). Foucault situa Breton como outro modo de se relacionar com a escrita do que predominava na França, em Breton o que está em jogo é a escrita como poder de mudar a vida, diferentemente da concepção que se produziu a partir do marxismo e do existencialismo de Sartre, na qual a escrita faz parte do mundo, está diretamente ligada com as questões da história e da política. Deste modo, a interpretação de Foucault é de que a escrita como potencialidade da vida em pensar e imaginar outros mundos estava suprimida pela concepção da escrita e do discurso como expressão do mundo.

E sobre a ligação entre escrita e experiência, Foucault afirma:

[...] a descoberta de um espaço que não é o da filosofia, nem o da literatura, nem o da arte, mas o da experiência. Estamos hoje em uma era em que a experiência - e o pensamento que é inseparável dela - se desenvolve com uma extraordinária riqueza, ao mesmo tempo em uma unidade e em uma dispersão que apagam as fronteiras das províncias outrora estabelecidas. (FOUCAULT, 2001, p. 246).

Neste registro, fica claro que o ato da escrita trata-se de uma experiência que se dá no pensamento. A liberdade do escritor está na potência de pensar e experimentar outros modos de viver e imaginar outros mundos possíveis.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre o discurso e a escrita, dois elementos fundamentais para a prática da filosofia e seu ensino. É preciso pensá-los como acontecimentos que se produzem na experiência do pensamento problematizador, isto é, um modo de afetar-se e inquietar-se que nos permite estar atento ao que acontece conosco. E deste modo, deslocar-se de práticas que direcionam a filosofia em fórmulas de reprodução e transmissão do conhecimento, constituindo o discurso em relações de saber-poder que elidem seu acontecimento.

Pensar o ensino de filosofia e sua prática em discurso (pronunciado ou escrito) como acontecimento exige dar-se tempo, rompendo com um modelo de ensino que busca a economia do tempo através de uma metodologia que visa apenas reproduzir respostas prontas para problemas que não são apropriados pelos estudantes. Isto quer dizer, precisamos pensar um tempo que não seja cronológico como o que domina nas práticas de ensino, na qual se transmite uma verdade abstrata, mas de uma compreensão do tempo como *kairós*⁴⁵, em que se mantém uma relação viva com o presente por uma atitude atenta para coabitar o pensamento em seu acontecimento. Isto é, não podemos elidir a ocasião do pensamento problematizador para adequar-se ao cumprimento das metas avaliativas. Do mesmo modo, que segundo Nietzsche para filosofar é preciso ruminar, para praticar o filosofar no ensino médio exige dar-se tempo. Por isso, entendemos que a diminuição da carga horária da filosofia do currículo de ensino médio, como praticada nas reformulações curriculares a partir da nova Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2018, não contribui para a formação de um olhar atento e cuidadoso consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução de Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

⁴⁵ Foucault define *Kairós* como: “A ocasião é o bom momento, e o bom momento é definido pelo fato de que, num momento dado, poderia haver como que uma bonança, um clareado céu, um momento favorável para tomar o poder.” (FOUCAULT, 2010, p. 198).



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

FOUCAULT, M. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France**. Tradução de E. Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

PLATÃO. **Diálogos**: Fedro - Cartas - O primeiro Alcibíades. Belém: Ed.UFPA, 1975.

Recebido em: 21/09/2021

Aprovado em: 15/11/2021

Publicado em: 29/12/2021